

COMO FAZER CIÊNCIA DE FORMA DIFERENTE NA ERA DO ANTROPOCENO? DE UM GESTO ÉTICO E POLÍTICO PARA UMA EPISTEMOLOGIA DA RELAÇÃO¹

■ CHRISTINE DELORY-MOMBERGER

 <https://orcid.org/0000-0002-8425-0175>

Université Sorbonne Paris Nord

GIS LE SUJET DANS LA CITE

Sorbonne Paris Nord-Campus Condorcet

RESUMO

Trata-se de redefinir um posicionamento epistemológico, ético e político para a pesquisa biográfica – assim como para o conjunto das ciências humanas e sociais – diante das questões levantadas pelos fenômenos antrópicos que colocam em risco as formas de vida e as condições de habitabilidade da Terra. A consciência do impacto das atividades humanas sobre os ecossistemas terrestres e a consequente redescoberta das interdependências e solidariedades entre os seres vivos em um mundo, um *solo* que lhes é comum, nos faz figurar ou refigurar que *pertencemos* à Terra. Esse deslocamento e a afirmação dessa ancoragem nos levam a repensar a arte e a maneira de *fazer ciência de forma diferente* e a especificar, simultaneamente, uma disposição ético-política e um conceito crítico capazes de fundar um quadro interpretativo de conduta e de pensamento no campo da pesquisa biográfica, definida como uma ciência do singular.

Palavras-chave: Ciência do singular. Fazer ciência de forma diferente. Antropoceno. Disposição ética e política.

RÉSUMÉ

COMMENT FAIRE SCIENCE AUTREMENT A L'ERE DE L'ANTHROPOCENE? D'UN GESTE ETHIQUE ET POLITIQUE EN VUE D'UNE EPISTEMOLOGIE DE LA RELATION

Il s'agit de redéfinir pour le courant de la recherche biographique – tout comme l'ensemble des sciences humaines et sociales – un positionnement épistémologique, éthique et politique face aux questionnements que suscitent les phénomènes anthropiques mettant

¹ Tradução Carolina Kondratiuk, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e Universidade Paris 8; pesquisadora do GIS Le Sujet dans la Cité - Universidade Sorbonne Paris Nord e do Centro interdisciplinar de pesquisa “Cultura, educação, formação, trabalho” (CIRCEFT) - Universidade Paris 8.

en question les formes de vie et les conditions d’habitabilité de la Terre. La conscience de l’impact des activités humaines sur les écosystèmes terrestres et la redécouverte, à cette occasion, des interdépendances et des solidarités entre les vivants au sein d’un monde, sur un *sol* qui leur est commun, nous fait figurer ou refigurer que nous *appartenons* à la Terre. Ce déplacement et l’affirmation de cet ancrage nous amènent à repenser l’art et la manière de *faire science autrement* et à préciser une disposition éthique et politique en même temps qu’un concept critique propres à fonder un cadre interprétatif de conduite et de pensée dans notre courant de recherche biographique, définie comme une science du singulier.

Mots-clés : Science du singulier. Faire science autrement. Anthropocène. Disposition éthique et politique.

ABSTRACT

HOW CAN WE DO SCIENCE DIFFERENTLY IN THE AGE OF THE ANTHROPOCENE? FROM AN ETHICAL AND POLITICAL GESTURE TO AN EPISTEMOLOGY OF RELATIONSHIP

The aim is to redefine an epistemological, ethical and political position for biographical research - as well as for the human and social sciences as a whole - in the face of the questions raised by anthropogenic phenomena that put life forms and the conditions of habitability on Earth at risk. Awareness of the impact of human activities on terrestrial ecosystems and the consequent rediscovery of the interdependence and solidarity between living beings in a world, a soil that is common to them, makes us imagine or refigure that we belong to the Earth. This shift and the affirmation of this anchoring lead us to rethink the art and way of doing science in a different way and to specify, simultaneously, an ethical-political disposition and a critical concept capable of founding an interpretative framework for conduct and thought in the field of biographical research, defined as a science of the singular.

Keywords: Science of the singular. Doing science differently. Anthropocene. Ethical and political disposition.

RESUMEN

¿COMO HACER CIENCIA DE OTRA MANERA EN LA ERA DEL ANTROPOCENO? DE UN GESTO ETICO Y POLITICO A UNA EPISTEMOLOGIA DE LA RELACION

Se trata de redefinir una posición epistemológica, ética y política de la investigación biográfica -así como de las ciencias humanas y sociales en su conjunto- ante las cuestiones planteadas por los fenó-

menos antropogênicos que ponen en peligro las formas de vida y las condiciones de habitabilidad de la Tierra. La toma de conciencia del impacto de las actividades humanas en los ecosistemas terrestres y el consiguiente redescubrimiento de la interdependencia y la solidaridad entre los seres vivos en un mundo, un suelo que les es común, nos hace darnos cuenta o refigurar que pertenecemos a la Tierra. Este giro y la afirmación de este anclaje nos llevan a repensar de otro modo el arte y la manera de hacer ciencia y a precisar, simultáneamente, una disposición ético-política y un concepto crítico capaces de fundar un marco interpretativo de comportamiento y pensamiento en el ámbito de la investigación biográfica, definida como ciencia de lo singular.

Palabras clave: Ciencia de lo singular. Hacer ciencia de otra manera. Antropoceno; Disposición ético-política.

A Jean-Claude Bourguignon

Um caráter de urgência reveste a atualidade disruptiva que figuramos sob o termo Antropoceno. Fenômenos antrópicos colocam em risco as formas de vida e as condições de habitabilidade da Terra, seja na forma do aquecimento global ou do colapso da biodiversidade, entre tantas outras manifestações planetárias. Mas tais fenômenos também suscitam questionamentos que nos remetem a outra urgência: a de redefinir um posicionamento epistemológico, ético e político para a pesquisa biográfica – assim como para o conjunto das ciências humanas e sociais como um todo. A consciência do impacto das atividades humanas sobre os ecossistemas terrestres e a consequente redescoberta das interdependências e solidariedades entre os seres vivos em um mundo, um *solo* que lhes é comum, nos faz figurar ou refigurar que *pertencemos* à Terra. Estamos inseridos numa comunidade de seres vivos. Agimos, sentimos e pensamos dentro de um mundo de laços recíprocos. Esse pertencimento põe fim a uma visão e a uma prática do mundo que acreditaram poder separar natureza e cultura, que conferiram aos seres humanos uma posição hegemônica como “mestres e possuidores da natureza”

e, ao fazê-lo, negaram ou ocultaram as interdependências entre as formas de existência que habitam a biosfera. Essa tomada de consciência constitui “uma revolução de toda a nossa visão do mundo, uma nova compreensão da composição do mundo [...]” (Lanaspeze, 2021, p. 17).

Esse deslocamento e a afirmação dessa ancoragem nos levam a repensar a arte e a maneira de *fazer ciência de forma diferente* e a especificar, simultaneamente, uma disposição ético-política e um conceito crítico capazes de fundar um quadro interpretativo de conduta e de pensamento no campo da pesquisa biográfica, definida como uma ciência do singular. Tal posição exige uma nova análise do escopo e da natureza das relações dos seres humanos *entre si, consigo mesmos e com o mundo*. A consciência das dependências e vulnerabilidades da vida – dentro de nós, entre nós e fora de nós – nos abre a uma compreensão relacional de ser e estar no mundo, alterando assim as orientações epistemológicas da pesquisa e impactando a postura do pesquisador. Nesta comunicação, buscarei identificar algumas vias possíveis para pensarmos juntos sobre esta questão.

Pensar a nova grande narrativa do mundo

A corrente da pesquisa biográfica atribui especial importância a todas as formas de *escrita da vida*. O significado desse termo não se limita às narrativas realizadas, ou seja, às formulações discursivas, principalmente narrativas e descritivas, do vivido. A *escrita da vida* também designa as representações mentais segundo as quais apreendemos o curso de nossa existência e construímos o sentido de nossas experiências, bem como as múltiplas maneiras pelas quais, consciente ou inconscientemente, nos colocamos em espaços e imagens – através de maneiras de ser e parecer, de estar e de se mover, de sinalizar algo sobre nós por vestimentas e acessórios, de nos manifestarmos por meio da postura, do gesto e da fala. Designa, ainda, as formas que damos à nossa inscrição no mundo por meio das relações e ressonâncias que nele desenvolvemos. No entanto, essas diversas modalidades de *escrita da vida* têm como pano de fundo um cenário mais amplo, relativo às nossas representações biológicas, filosóficas e antropológicas da vida, que compõem a *grande narrativa* que contamos a nós mesmos, coletiva e individualmente, sobre nossas conexões com a vida e com os seres vivos.

Ora, essa grande narrativa está em processo de profunda transformação. Estamos descobrindo que *não estamos mais sozinhos*, como diria Hannah Arendt, nessa *(de)solação* ou estado fora do solo que criamos para nós mesmos e elegemos como sinal e efeito de nossa suposta *superioridade*. Seguramente, esse “nós” relativo à *espécie* deve ser mais do que nuançado, já que advém de uma ciência e de uma cultura ocidental globalizada, não levando em conta todas as sociedades do passado e do presente nas quais as relações humanas com o mundo e com os seres vivos se

distribuem de formas diferentes. Entretanto, como os modos de pensar e agir do Ocidente se espalharam na era contemporânea por todas as sociedades humanas, suas categorias assumiram dimensões planetárias. Como resultado, a raça humana está coletivamente diante de uma nova *grande narrativa* do mundo e da vida.

Ainda estamos nos estágios iniciais dessa narrativa. Baptiste Morizot (2017) pergunta: como narrar nossas relações e inter-relações com os seres vivos? Como não reproduzir a narrativa da grande separação, que relega tudo o que não é humano ao mundo dos *meios* e das *coisas*? Como não ceder à narrativa de uma agentividade humana transformada em força geológica, na qual “o não-humano seria hibridizado com o humano, ocultando toda a alteridade, exterioridade e estranheza do que antes chamávamos ‘natureza’” (*Ibid.*, p. 75)? Como “narrar o tipo de relação que almejamos ter com os *seres* [...] que estão inseparavelmente entrelaçados conosco, mas *sem* perder suas alteridades” (*Ibid.*, p. 77)?

Como podemos começar a observar, essas *possíveis* narrativas contam que vivemos em um mundo interligado, interdependente e interagente; que o *nós* com o qual nos identificamos enquanto humanos precisa ser reexaminado à luz de nossa situação em meio a todos os seres vivos que compartilham conosco um mesmo habitat terrestre, desde bactérias e vírus até as inúmeras formas de vida animal e vegetal. Elas contam que *nossa história compartilhada com os seres vivos* é, fundamentalmente, a história da Terra, uma história na qual a espécie humana desempenha apenas uma parte muito pequena e recente, ao mesmo tempo em que pertence – assim como todas as outras espécies – a formas de história e, talvez, de memória consideravelmente mais longas e antigas. Contam que, à luz dessas alianças e pertencimentos, as *tramas* e *texturas* de

nossas existências coletivas e individuais são consideravelmente ampliadas e adensadas. E ainda, que nossas *espacialidades* e *temporalidades* estão mudando de escala e reinscrevendo o curso de nossas vidas, não em uma ordem transcendental do mundo, um *cosmos*, mas em um universo da vida, um *biocosmo*, quer o chamemos de *Gaia*, com Bruno Latour (2015), ou de *comunidade biótica*, com Baptiste Morizot (2017).

Nesse contexto, nossas *escritas da vida* são questionadas, postas à prova e radicalmente reconfiguradas, pois a presença agente do mundo, as formas múltiplas dos seres vivos, com suas redes de relações, e os universos de sensações, emoções, interesses e conflitos que eles ocasionam entram hoje em nossas vidas com vigor renovado. Trata-se, portanto, de explorarmos juntos algumas das vias pelas quais as novas narrativas da Terra nos conduzem a pensar em novos termos a singularidade dos seres vivos e a escrever suas múltiplas formas de existência. E, entre elas, as da *vida humana* com suas particularidades – especialmente suas capacidades autorreflexivas – (re)situadas e (re)filiaadas às outras formas de vida, bem como com seus afloramentos sensíveis e suas vulnerabilidades, reveladores de uma organicidade compartilhada.

Qual é a nossa “Pólis”² e o nosso “tornar-se-sujeito” no Antropoceno?

De que modo o Antropoceno coloca em questão as maneiras pelas quais os espaços de pensamento e as metodologias de pesquisa são considerados? De que modo ele se situa em relação à narrativa biográfica, quando

2 N. de T. A palavra francesa *Cité*, grafada no texto original com letra maiúscula, foi traduzida neste artigo como “Pólis”, já que, assim como a raiz grega da palavra “política”, designa a dimensão coletiva e compartilhada da vida em sociedade. Entretanto, nos pontos em que a autora faz referência ao conceito de *Cité subjective*, de Félix Guattari, optou-se pela tradução “Cidade subjetiva”, preservando assim a simultânea alusão, presente no pensamento desse filósofo, ao espaço coletivo e ao espaço urbano das cidades.

a narrativa do mundo é reconfigurada? Nesse processo, de que maneiras as noções de “sujeito” e de “Pólis” são postas à prova?

Qual é a nossa Pólis, em um momento em que estamos, massivamente, tomando consciência das consequências da atividade humana e das catástrofes que ela provoca, tanto para o sistema climático quanto para a biosfera e a sociosfera? Qual é a nossa Pólis, quando estamos cada vez mais conscientes de nossas filiações e “parentescos” (Haraway, 2020) com o conjunto das formas de vida? Qual é a nossa Pólis, quando experimentamos que não apenas *estamos no mundo*, mas que *somos do mundo*? Essa refundação, ou melhor, essa nova gênese da Pólis, convida a uma profunda transformação.

A recomposição da Pólis nos leva a considerar o outro termo de nosso questionamento, o “sujeito”. Que *figura do sujeito* poderia emergir dessa nova gênese da Pólis? Ela seria o lugar de que tipo de *tornar-se sujeito*? Mais do que nunca, e em relação direta a uma abordagem ampliada e integradora da Pólis, esse tornar-se será *tornar-se sujeito com*. Com outros sujeitos humanos em devir, confrontados com todas as formas de alteridade apresentadas pela diversidade humana de culturas, sociedades e individualidades, bem como com as múltiplas configurações das relações sociais e políticas nas quais eles estão inseridos. Mas também “em ressonância”, como diria Hartmut Rosa (2021), ou “em parentesco”, como diria Donna Haraway (2020), com as entidades e seres não humanos com os quais compartilhamos o mesmo “pertencimento terrestre”.

Esse *tornar-se sujeito com o mundo* é também *sentir com, agir com, pensar com, sonhar com e criar com*. Multiplica nossos encontros com o mundo e com os “outros” do mundo, ampliando assim nossa capacidade de *fazer mundo*, tornando-nos mais “ricos em mundo”, segundo a expressão de Heidegger. Com

a (re)habitação de nosso pertencimento humano enquanto processo em constante devir, também a nossa “disposição para responder”, nossa “responsividade” é reinterrogada como “a propriedade mais fundamental do homem e da relação humana com o mundo” (Rosa, 2021, p. 60). Essa “disposição para responder”, que nos torna sujeitos humanos, é ainda a nossa “responsabilidade” perante as entidades e os seres, humanos e não humanos, com quem compartilhamos nossa morada terrestre. A que e a quem devemos *responder*, individual e coletivamente? Que formalização ética, que consequências praxeológicas e que traduções jurídicas devemos dar a esse pressuposto de responsabilidade? Embora não seja minha intenção responder aqui a essas questões de longo alcance, elas se prestam a desenhar a figura de um sujeito *capaz por si e pelo mundo*, um sujeito que *responde a si mesmo e ao mundo*.

Restaurar a “Cidade subjetiva”

Tal figura engaja o sujeito ético, mas também social e político, que cada um de nós é potencialmente. E convida-nos a reconsiderar a relação entre o sujeito e a Pólis, repensando as finalidades dos processos de constituição do sujeito e da Pólis, bem como suas realizações mútuas, e denunciando os impasses ecológicos e humanos aos quais um sistema econômico e político voltado a uma aceleração indefinida de produtividade, crescimento e consumo conduz. Contra essas formas de “perda do mundo” (Rosa, 2021), talvez seja necessário convocar, com Félix Guattari, à “restauração da Cidade subjetiva”, entendida como uma “re-finalização coletiva das atividades humanas” (2018, p. 34), que reoriente as finalidades econômicas, mas também científicas e tecnológicas da Pólis por vir, visando uma “reapropriação individual e coletiva da subjetividade humana” (*Ibid.*, p. 65).

A Pólis demandada pela era do Antropoceno resulta de vários níveis de tomada de consciência ou reflexividade, centrados em uma *reflexividade política*, alimentada por uma *reflexividade geológica e histórica* que redescobre as escalas e os regimes temporais da habitação terrestre; uma *reflexividade antropológica* que redefine os espaços aos quais pertencemos com outras espécies, tanto animais quanto vegetais (Latour, 2015; Morizot, 2020); uma *reflexividade antropológica* que nos devolve à cartografia dos seres vivos, reexamina nossas relações com entidades e espécies não humanas e revisita nossos modos de identificação (Descola, 2005); e, por fim, uma *reflexividade social* que não separa as questões das desigualdades de classe, raça, sexo e gênero das questões ecológicas, mas leva em conta suas estreitas conjunções. É uma Pólis que, levando em conta todas essas dimensões, procura conceber a estrutura e as orientações adequadas para sua tradução em propostas políticas numa cena pública ampliada (Latour, 2017; Charbonnier, 2020).

Dentro desse perímetro reflexivo, insere-se a questão formulada no título deste artigo sobre “como fazer ciência de forma diferente”, com todas as exigências dos engajamentos e responsabilidades éticos e políticos implicados. Integrada com a Pólis, ancorada em suas realidades coletivas e individuais, a ciência no Antropoceno não pode ser concebida sem estar à escuta dos seres vivos. Deve estar tão próxima quanto possível das vidas de seus habitantes, de suas situações e condições, de seus compromissos e afastamentos, impulsos e hesitações, confrontos e infortúnios, determinações e tremores, sonhos e afetos, de seus meios e “relações de pertencimento com outros vivos e não vivos” (Pierron, 2021, p. 33). As palavras dos sujeitos, as narrativas que eles fazem de suas experiências e a maneira como as compartilham inauguram uma eco-

logia narrativa, permeando uma “Cidade subjetiva” que pode ser vinculada à “democracia sensível” desenvolvida por Michaël Foessel (2008). Esta designa uma categoria perceptiva que emana da esfera do sensível e valoriza a importância das experiências e dos afetos na constituição dos vínculos democráticos. A democracia sensível propõe uma maneira subversiva de pensar a política e seus atores, pois destaca indivíduos afetivos, mais que indivíduos eficientes, envolvidos em redes relacionais compostas de encontros e internalizações emocionais que dão consistência e espessura a um “eu” em ressonância com o mundo. Deixar-se “vulnerabilizar” pelo outro não significa ser humilhado ou esmagado, mas enriquecido, pois significa que houve um encontro e um compartilhamento de afetos. Pierron propõe a noção de *ecobiografia* para designar o movimento pelo qual a escrita da vida entra em acordo sensível com os meios de vida, os seres vivos e não vivos, as travessias emocionais e as epifanias subjetivas, sinais de um pertencimento relacional à Terra (2021). Em conjunto, essas obras prenunciam uma nova grande narrativa do mundo, participando da edificação de uma “Cidade subjetiva” que vive a partir da consciência das interdependências de seus atores, da audácia de suas emoções, da potência de suas vulnerabilidades, da força de suas incertezas e da sabedoria de suas andanças.

Acrescentemos uma reabilitação do corpo, que muitas vezes é negligenciado tanto pela pesquisa quanto pelas pessoas nela envolvidas. Que tipo de aliança se forma num pesquisador quando *a mente encontra o corpo*? Que impacto as emoções têm sobre a organização de seu pensamento, o que elas abrem e o que elas envolvem? E o que acontece com o público quando ele é tocado, que formas de recepção e participação *ganham corpo*? Ousemos imaginar uma comunidade científica que não seja

apenas mente, mas também corpo. Uma comunidade científica corporificada que compartilhasse o saber como uma experiência total, na qual a expressão do corpo envolveria outras formas de elaboração, recepção e participação. Uma comunidade científica “ressonante”, no sentido de Harmut Rosa (2018; 2022), em que o íntimo e o sensível fertilizariam a mente, em que o corpo não se dissociaria do intelecto, criando um espaço relacional fértil que se juntaria à ideia de uma “democracia sensível” desenvolvida por Michaël Foessel. Utopia concreta ou futuro desejável?

Qual a postura do pesquisador no Antropoceno?

A pesquisa biográfica reivindica a ancoragem experiencial da produção científica e a constituição de um saber científico que se alimenta tanto da incerteza nomotética de seus objetos de pesquisa como da riqueza ideográfica das experiências humanas que estuda. Como uma ciência do singular, ela se dedica ao “*estudo dos modos de constituição do indivíduo como um ser social singular*” (Delory-Momberger, 2013), focalizando os modos de subjetivação que cada um utiliza ou é levado a utilizar nas posições sociais que ocupa na Pólis. As condições e as modalidades de subjetivação diferem segundo as sociedades e culturas, assim como existem diferentes graus de pertencimento a uma mesma sociedade, a depender do status social e político de cada um. Para a pesquisa biográfica, a realidade inescapável do Antropoceno abre o campo para refigurações da construção de si pelo Sujeito na Pólis (*le Sujet dans la Cité*), na medida em que inclui o meio dos seres vivos e não vivos, supondo uma disposição subjetiva a uma experiência intrassubjetiva que encontraria seu sentido em um renovado espaço do “comum”. Em sua ecologia de saberes, Boaventura de Sou-

za Santos questiona o status dos silêncios das pessoas, grupos e populações aos quais os poderes dominantes negam legitimidade e voz (2011, p. 21-29). Que valor atribuir-lhes e como dar-lhes direito à Pólis? Assim como as palavras, os silêncios são expressões de si e apenas carregam o peso das condições sociais e políticas de seus locutores. Jean-Philippe Pierron (2023), por sua vez, se interessa pela subjetividade quando esta se desloca para um “eu ampliado”, concentrando a atenção no sentido profundo de nossos pertencimentos, interdependências e encarnações, e no que significa ser “da Terra” ao entrar em uma experiência sensível com o animal, o vegetal ou o mineral. Essas deportações de si são indicativas da complexidade de subjetividades “de-coincidentes” (Jullien, 2023), voltadas para a vontade de criação de um novo outro.

O gesto do pesquisador no Antropoceno corresponde a um gesto ético e político ancorado em uma epistemologia da relação. Sua primeira qualidade é saber ouvir, uma “arte da atenção” (Pierron, 2021), uma criação em co-presença, uma disponibilidade para acolher, uma presença no cuidado com o outro e uma estética do tato. Escutar significa acolher o outro em sua presença física e mental, oferecer-lhe hospitalidade e respeito, sem se esquecer de estar atento a si mesmo, tentando apreender, tanto quanto possível, os próprios limites, fraquezas e pontos fortes. Ouvir significa escutar o outro e permitir que ele escute a si mesmo, que seja o mestre de suas palavras e silêncios e os respeite. Significa também aceitar doar seu tempo, ousar realmente encontrar o outro e, ao fazê-lo, encontrar a si mesmo. O encontro é uma experiência do outro consigo e de si mesmo com o outro. As pessoas vivenciam umas às outras nesse *entremeio*, em que buscam o que existe *em comum* entre elas. É nesse poder criador do *entremeio* que acontecem a escuta e o en-

trelamento da alteridade (Jullien, 2012). A confiança surge do ajuste do outro consigo e de si mesmo com o outro, ela requer disponibilidade e um duplo movimento de acolhimento e doação, alimentado por uma energia relacional. Mas a confiança é também um encontro de forças de vida em presença, é um impulso vital em direção à exterioridade representada pelo outro, uma elevação ontológica. O encontro gera responsabilidade, que Levinas diz ser o cuidado com o outro, a benevolência e a solicitude aos quais a sua vulnerabilidade me obriga (Levinas, 1990).

Essa postura requer humildade, gratidão e solicitude por parte do pesquisador. Humildade, porque qualquer conhecimento adquirido é “falseável”, somente válido enquanto nenhuma outra afirmação de observação o contradisser (Chalmois, 1987, p. 76). Ele deve portanto permanecer humilde em seu conhecimento. Gratidão pela doação que o outro lhe faz de si mesmo, acolhendo-o em sua fala e abrindo-lhe o que Bachelard chama de sua “imensidão íntima”. Solicitude em relação ao engajamento e à responsabilidade social e política que cada um de nós deve ter para com o outro.

O gesto daquele que “pesquisa de forma diferente” é um *cuidado* do outro, de si e do mundo, consigo mesmo e com os demais nas relações sociais, com atenção às formas e aos meios de vida na era do Antropoceno. A consciência das dependências e vulnerabilidades da vida – dentro de nós, entre nós e fora de nós – nos abre a uma compreensão relacional de ser e estar no mundo. Esse gesto se refere a uma responsabilidade e a uma ética relacional e política. Como instaurar, no campo da pesquisa, uma nova arte do *cuidado* que leve em conta todos esses valores em uma relação de atenção ao mundo vivo, mas sem, evidentemente, entrar em uma visão irênica da pesquisa, alheia às realidades locais e às restrições institucionais de todos os tipos?

Para continuar a reflexão...

Toda ciência é um artefato humano e toda produção científica é situada. Conceitos e noções estão sempre ligados à historicidade do pensamento e revelam a dimensão axiológica e ideológica de todo discurso científico, qualquer que seja a sua pretensão de objetividade. A pesquisa biográfica é uma ciência do singular social e seu fundamento epistemológico reside na razão dialética capaz de compreender a práxis sintética que se efetua entre indivíduos e sociedades marcados pela diversidade, assimetria e desigualdade. Aurélien Barrau (2023), astrofísico e filósofo, denuncia esse mundo em que o “tecnocientificismo solucionista” se sobrepõe à complexidade das forças atuantes do mundo vivo, criando a ilusão de estar em sintonia com o real, munido de explicações e soluções técnicas. Enraizado no “prosaico”, esse tecnocientificismo negligencia a dimensão “poética” da existência, aquela que não pode ser definida, mas que é experimentada, criada, sentida e, sobretudo, vivida. Barrau clama por uma revolução política, filosófica e poética, destacando a falibilidade do humano, a emergência do sensível e o alcance heurístico das artes e das letras como “armas de precisão” na construção de uma renovação democrática em que a liberdade fundamental seja a de *poder viver* – algo que, segundo ele, havíamos esquecido.

Pierron, por sua vez, também tematiza a poética da existência, considerada como uma “atenção às provações do fugaz” – um perfume floral ou vegetal, o voo de um pássaro, um cruzamento de olhares, uma silhueta vislumbrada, mas também a poluição de uma nascente, uma paisagem repleta de turbinas eólicas, um animal ferido etc. Em sua fragilidade contingente, essas são manifestações subjetivamente individuantes do mundo, nas quais “é urdido o tecido ecobiográfico de uma vida

humana e ocorre sua individuação” (Pierron, 2021, p. 25). São intensidades relacionais sensíveis, “imagens que nos habitam em nossa capacidade de sonhar, de dimensionar nossas possibilidades e potências para agir” (p. 34). A grafia do mundo permeia a poética. O primeiro círculo de autores do Romantismo alemão entendeu isso claramente quando afirmou, com Novalis, que era preciso “romantizar o mundo” (*die Welt romantisieren*) para alcançar sua fulgurância, compreendê-lo e aprender a transformá-lo (Delory-Momberger, 2010; 2004). Guardemos em nossos corações esses pioneiros que esboçaram os primeiros contornos de uma “ciência de forma diferente”, inspiremos-nos neles e continuemos este trabalho vital num sólido e resoluto espaço comum.

Referências

- BARRAU, A. **Il faut une révolution politique, philosophique et poétique.** Paris : Les Apuléennes, 2022.
- BARRAU, A. **L’hypothèse K. La science face à la catastrophe écologique.** Paris : Grasset, 2023.
- CHALMOIS, A. **Qu’est-ce que la science?** Paris : La Découverte, 1987.
- CHARBONNIER, P. **Abondance et Liberté. Une histoire environnementale des idées politiques.** Paris: La Découverte, 2020.
- DELORY-MOMBERGER, C. **Les Histoires de vie. De l’invention de soi au projet de formation.** Paris: Anthropos, 2020.
- DE SOUSA SANTOS, B. **Épistémologies du Sud. Études rurales.** n. 187, 2011.
- DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture.** Paris : Gallimard, 2005.
- FOESSEL, M. **La privation de l’intime.** Paris : Seuil, 2008.
- GUATTARI, F. **Qu’est-ce que l’écophilosophie.** Paris : Lignes/Imec, 2018.

JULLIEN, F. **Rouvrir des possibles. Dé-coïncidence, un art d'opérer.** Paris : éditions de l'Observatoire, 2023.

JULLIEN, F. **L'écart et l'entre. Leçon inaugurale de la chaire de l'altérité.** Paris : éditions Galilée, 2012.

LANASPEZE, B. Avant-propos à J. B. Callicott. **Éthique de la terre.** Marseille : Wildproject, 2021.

LATOURE, B. **Face à Gaïa. Huit conférences sur le nouveau régime climatique.** Paris : La découverte, 2015.

LATOURE, B. **Où atterrir ? Comment s'orienter en politique ?** Paris : La Découverte, 2017.

MORIZOT, B. **Manières d'être vivant.** Arles : Actes Sud, 2017.

PIERRON, J-P. **Je est un NOUS. Enquête philosophi-**

que sur nos interdépendances avec le vivant. Arles : Actes Sud, 2021.

PIERRON, J-P. **Méditer comme une montagne.** Ivry sur Seine : éditions de l'Atelier, 2023.

ROSA, H. **Résonance. Une sociologie de la relation au monde.** Traduction de S. Silberfarb & S. Raquillet. Paris : La Découverte, 2018.

ROSA, H. **Accélérons la résonance ! Pour une éducation en Anthropocène.** Entretiens avec N. Wallenhorst. Paris : Le Pommier, 2022.

Recebido em: 15/01/2024

Revisado em: 30/05/2024

Aprovado em: 03/06/2024

Publicado em: 22/06/2024

Christine Delory-Momberger, é professora em Ciências da Educação da Universidade Paris 13, Sorbonne Paris Cité. Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia. Fundadora da Universidade Ouverte du Sujet dans la Cité (UOSC) e presidente do Colégio Internacional da Pesquisa Biográfica em Educação (CIRBE). Membro de vários organismos e redes de pesquisa internacionais (serviço franco-alemão para a juventude, Deutsche Gesellschaft für Erziehungsgesellschaft, Gesellschaft für Historische Anthropologie, BioGrafia (rede América Latina-Europa de pesquisa biográfica), CIPA (Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica), International Auto/Biography Association. *E-mail* : delory@univ-paris13.fr